

Documentos de arquitetura em instituições portuguesas: problemas e desafios

Architectural records in Portuguese institutions: problems and challenges

ISRAEL GUARDA

Membro Integrado do Instituto de História de Arte,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa
guarda.israel@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8139-4977>

RESUMO

A documentação de arquitetura à guarda de instituições arquivísticas conheceu nas últimas décadas um impulso significativo em Portugal, com especial nota para os arquivos de arquitetos. Tal situação coloca um conjunto de problemas e desafios considerando a natureza particular destes arquivos, a sua especificidade e diversidade documental. O presente trabalho aborda os processos de tratamento arquivístico adotados num conjunto de instituições que têm à sua guarda este tipo de documentos. Mais concretamente pretende-se avaliar em que medida as estratégias seguidas refletem as condições específicas desta documentação. Apesar de existirem progressos assinaláveis no tratamento destes arquivos nos últimos anos, verifica-se a ausência de procedimentos normalizados e o foco centra-se preferencialmente sobre os documentos de desenho.

PALAVRAS-CHAVE: Documentos de arquitetura; Documentos de projeto; Arquivo de arquitetos; Arquivos de arquitetura.

ABSTRACT

The architecture records held in archival institutions have seen a significant boost in Portugal in recent decades, with a special note for the architects' archives. This situation poses a set of problems and challenges considering the nature of these archives, their specificity and documentary diversity. The present work approaches the archival treatment processes adopted in a group of institutions that have this type of documents in their custody. More particularly, it is intended to assess the extent to which the strategies followed reflect the specific conditions of this documentation. Despite the progress, persist an absence of standardized procedures and the documentation treatment has been centered on design records.

KEYWORDS: Architectural records; Design records; Architect archives; Architectural archives.

1. Introdução

A discussão sobre documentos de arquitetura em arquivo constitui uma preocupação relativamente recente, mas que tem vindo a fazer caminho nas últimas quatro décadas. Pode-se inferir que esta se instituiu como um campo com uma forte visibilidade no âmbito das instituições arquivísticas¹.

Os documentos de arquitetura levantam questões relacionadas com as dificuldades de preservação, conservação e descrição, atendendo às diversas tipologias documentais e numerosos formatos distintos por que se compõem, com a agravante de se desdobrarem em numerosas tipologias documentais, no cumprimento das diferentes fases do processo de obra².

¹ Mais recentemente o debate centra-se, em paralelo, em torno da produção de documentos nado-digitais. Muitas instituições, designadamente Câmaras Municipais, obrigam à entrega de todos os elementos instrutórios (documentos, peças escritas e peças desenhadas) em formato digital. De acordo com essa orientação, são especificados os formatos que permitam um arquivo de longo prazo, como o caso dos formatos PDF / A para peças escritas e DWFx e DWG / DXF para peças desenhadas, por permitir no caso do primeiro assinatura digital e nos dois últimos, informação georreferenciada.

² A estratégia de seguir as orientações emanadas a partir do documento *General International Standard Archival Description* (ISAD(G)), desenvolvido no seio do International Council on Archives (ICA), conduziu a que fosse criado um grupo específico para abordar as questões relacionadas com a documentação de arquitetura, ver: <https://www.ica.org/en/about-architectural-archives-sar>. Em 2000, foi criada a Section on Architectural Records, em Sevilha, do qual resultou a publicação de um documento orientador: *A guide to the archival care of architectural records 19th-20th centuries* (2000). O prosseguimento da sua atividade tem sido dinâmico, com diversas reuniões e conferências realizadas, possibilitando a apresentação, discussão e as diferentes estratégias adotadas em distintos contextos internacionais.

Acrescido a estas dificuldades, está a crescente incorporação de arquivos profissionais e pessoais de arquitetos em diferentes instituições, sem que exista um procedimento comum partilhado, especialmente no contexto português, ao nível do tratamento, classificação e descrição. Com a agravante de não ser possível a interoperabilidade entre os diferentes sistemas de base de dados utilizados.

Este trabalho procura, assim, responder à questão: qual a relação entre os documentos de arquitetura e os arquivos? Mais concretamente pretende-se analisar: 1. o conceito de documento de arquitetura e as suas implicações nos arquivos; 2. os desafios e problemas que se colocam neste contexto; e 3. como esta situação é percecionada em termos concetuais e metodológicos no contexto de um conjunto de instituições portuguesas com arquivos desta natureza.

O trabalho está organizado em duas partes: a primeira parte (ponto 1) aborda a problemática dos documentos de arquitetura em arquivos, elabora-se uma síntese sobre as grandes questões que cruzam este tópico, bem como a literatura escrita sobre o mesmo. Paralelamente, enceta-se uma reflexão sobre as suas repercussões no contexto português (ponto 2), tendo em conta a atividade de um conjunto de instituições e as suas práticas arquivísticas. Por fim, na segunda parte (ponto 3) discute-se, em conclusão, as dificuldades que persistem no tratamento e descrição de documentos de arquitetura, refletindo sobre as práticas correntes e a ausência de uma convergência de esforços institucionais e de debate sobre o tópico.

2. Documentos de Arquitetura em Arquivo

A incorporação de arquivos de arquitetura em instituições arquivísticas tem sido uma prática comum ao longo do século XX, com o registo de um ritmo acelerado no contexto português nas últimas décadas³. Esta situação demonstra um crescente interesse por estes arquivos e uma política de incorporação ativa por parte das instituições arquivísticas, que coloca um conjunto de desafios e problemas.

O historiador de arquitetura John H. Harvey (*apud* Lathrop, 1980, p. 325), define os documentos de arquitetura como os documentos criados no

³ Segundo Zélia Pereira (2018, p. 365): “Mesmo sem quantificar, o número de arquivos de arquitetos, urbanistas e profissionais, cuja atuação se encontra diretamente relacionada com a arquitetura, já integrados em acervos destas instituições, é possível considerar este grupo profissional como um dos que melhor está representado em diversas instituições”.

curso de um projeto de um edifício, assim como aqueles que documentam genericamente a construção de um edifício. Historicamente, segundo Alan K. Lathrop (1980, p. 325) estes emanaram dos processos de projeto e construção, servindo em primeiro lugar o propósito de convergir ideias abstratas para clientes e construtores concretizarem em realidade⁴.

A explosão de documentos de arquitetura, registada ao longo do século XX, desde sempre levantou problemas sobre a sua preservação e classificação, traduzindo-se numa significativa sobrecarga das instituições arquivísticas. Não obstante, cada vez mais documentos de arquitetura serem apresentados em formato eletrónico, há que considerar a avaliação destes documentos com fins de conservação, digitalização⁵ e acesso. Nicholas Olsberg (1996, p. 129) confere-nos um exemplo elucidativo a respeito dos documentos de arquitetura em formato de papel:

Ainda em 1940, era possível a um grande arquiteto apresentar um projeto integral de uma casa unifamiliar numa única folha. O arquivo de uma grande carreira, como a de Frank Lloyd Wright, compreende 25.000 desenhos. Em 1979, os desenhos de Renzo Piano e Richard Rogers, para um único projeto, o Centro Georges Pompidou em Paris, incluíam 200.000⁶.

Um dos problemas mais evidentes, quando se fala em documentos de arquitetura, é a dificuldade que estes apresentam ao arquivista, atendendo à sua diversidade e diferentes dimensões e formatos, assim como os dados informacionais que gravitam em seu redor, que extravasam largamente o

⁴ Importa ver que a primeira definição de documento de arquitetura foi formulada na conferência "Towards standards for Architectural Archives", realizada em Washington DC, em 1982, com a participação do International Confederation of Architectural Museums, The International Council Museums, The International Council of Monuments and Sites, Union International des Architects e UNESCO. A mesma

designa qualquer material documental e qualquer coisa anexa a ele relacionado com a sua história, a teoria e a prática da Arquitetura e os domínios relacionados, quaisquer que sejam os suportes e as características físicas [...] criadas ou recebidas por entidades públicas ou privadas durante as suas atividades e [...] coletada, de onde quer que venha (Spallone & Paluan, 2017, p. 383).

⁵ Os arquivistas contemporâneos com arquivos de arquitetura enfrentam, como refere Ann Armstrong (2006), um duplo desafio, por um lado a digitalização dos objetos tradicionais em arquivos de arquitetura e por outro os obstáculos técnicos na preservação dos documentos nado-digitais.

⁶ Tradução do autor.

domínio dos desenhos e plantas de arquitetura⁷. Como recorda Alfred Willis (1996, p. 192), os desenhos de arquitetura não são sinónimo de arquivos de arquitetura, embora constituam uma parte significativa da sua documentação.

Os documentos de arquitetura servem muitas funções, conforme Ann Armstrong (2006, p. 13), documentam o processo de projeto e permitem aos investigadores entender a sua evolução, fornecem informações para arquitetos e empreiteiros nos trabalhos de preservação em contextos de edifícios históricos, servem como documentos legais na disputa entre arquitetos e clientes, entre muitas outras funções.

Esta diversidade de contextos, a que se liga a documentação de arquitetura, conduz, como sugere Waverly Lowell (2015, p. 18), a distinguir a relação entre documentos de arquitetura (*architectural records*) e documentos de projeto (*design records*). Os dois são relativamente intermutáveis, como refere este autor, mas o documento de projeto permite interconectar um campo maior de experiências sociais, económicas e artísticas que relacionam de forma mais direta diferentes campos disciplinares como a arquitetura, arquitetura paisagista, urbanismo, em contexto com aqueles gerados por processos relacionados, como a engenharia e a construção. Importa ver que estes podem consistir numa “coleção” única ou integrar um grupo maior de trabalhos de artistas, documentos de negócios, tecnologia e outros, como refere o mesmo autor (2015, p. 18). Podem, ainda, ter sido criados ou juntos por agências governamentais ou instituições. Desse ponto de vista é importante conhecer o seu contexto de produção, porque muitos arquivos tendem a selecionar a documentação relacionada apenas com a construção ou apenas com os projetos dos edifícios. Por outro lado, os arquivos nacionais só têm consigo os projetos finais e os projetos de construção, ficando na posse do arquiteto os estudos preliminares.

Outra clarificação, de acordo com Lowell (2015), os documentos de arquitetura são tecnicamente documentos de negócio, criados por um indivíduo ou por uma empresa vocacionada para a prática de projeto. Dada a natureza desta prática, podem-se dividir em duas categorias distintas: documentos de escritório e documentos de projeto. Os primeiros contêm documentação administrativa, financeira e jurídica; os segundos contêm os documentos gerados pelo processo de projeto e construção, tais como

⁷ Que obrigam a um papel dinâmico por parte do arquivista, conforme sugere Terry Cook (1998, p. 132), contestando o papel neutral do arquivista tradicional, adotando novas exigências dos arquivos com respeito a questões de avaliação, organização e descrição destes arquivos.

relatórios, correspondência, desenhos, fotografias, modelos, maquetes, documentos eletrônicos, etc. Os documentos de projeto constituem o cerne desenvolvido pela entidade e nele encontram-se numerosos tipos de documentos que dão conta das diferentes fases do processo de projeto e de construção, como esboços, desenhos preparatórios, modelos, maquetes, que nos ajudam a entender a prática de arquitetura e de projeto⁸.

O tratamento de documentos de arquitetura lança, assim, numerosos desafios às instituições, para garantir que o seu tratamento arquivístico reflita todas as dimensões indicadas, por forma a (re)constituir concetualmente uma base classificativa, que mantenha ativa a estrutura de relações da documentação. Não se pretende recuperar apenas o documento de arquitetura, mas toda a informação associada e o conjunto de relações (privadas, institucionais, interinstitucionais), que define o seu contexto particular de produção (Cook, 1996). Este processo complexo, requer uma estratégia concertada por parte das instituições arquivísticas e um empenho redobrado do arquivista, que assegure a integração desta informação num quadro flexível e questionável e possibilite inquirir novos significados, conjunturas e relações.

Vale a pena referir, a este respeito, os esforços desenvolvidos pelo *Canadian Center for Architecture* (CCA) na adoção de procedimentos arquivísticos mais representativos e justos nas descrições, extravasando o simples documento de desenho de arquitetura, procurando ausências e sub-representações⁹. Martien de Vletter (2022), diretora da coleção da CCA, alerta para a subjetividade deste processo, o qual dificilmente se compadece com a neutralidade do trabalho de arquivista, conforme a pertinente reflexão de Schwartz e Cook (2002). Um bom exemplo desse problema, sucede-se com, sendo a arquitetura um processo colaborativo, tal ser muitas vezes omissa na descrição¹⁰. Torna-se relevante adotar mecanismos de trabalho mais precisos que reflitam a produção, as razões que a motivaram e como ela chega até nós.

⁸ Este autor alerta para não confundir os documentos de arquitetos com documentos de arquitetura, embora possa existir sobreposição dos dois (*idem, ibidem*).

⁹ Em setembro de 2020, o CCA iniciou um processo crítico de catalogação, também referido como “descrição reparadora”, para lidar com situações de injustiça e exclusão contidos na descrição de objetos detidos pela instituição. Ver a este respeito: <https://www.cca.qc.ca/en/about-collection>.

¹⁰ Em muitos arquivos de arquitetos continua a ser omissa a participação de colaboradores, sejam eles arquitetos, desenhadores e de quaisquer outras formações diretamente relacionadas com a atividade do *atelier*.

2.1 Estado da questão em Portugal

Há um conjunto de estudos, entre nós, que trazem contributos sobre a discussão dos documentos de arquitetura, embora incidam sobre arquivos e contextos específicos de produção. Tal é o caso de Madalena Ribeiro (2009, p. 29), que com base na análise da documentação do arquivo das Construções Escolares¹¹ e da leitura de legislação, avança com uma pertinente proposta dos métodos de organização das fases processuais de empreitada pública e respetiva produção documental, a qual sintetiza em oito fases: 1 – lançamento de empreitadas; 2 – candidatura ou convite; 3 – seleção dos candidatos; 4 – adjudicação das empreitadas; 5 – Contratação; 6 – execução da empreitada; 7 – receção da obra; e 8 – entrega do edifício. Esta análise traz um relevante contributo para o processo de descrição documental deste arquivo, pelo modo como permite pôr em diálogo documentos especificamente de projeto, com outros relacionados com a produção de arquitetura, tal como se mencionou anteriormente, por alusão a Waverly Lowell (2015).

Na mesma linha de investigação, o trabalho de Miguel Infante e Elvira Pimentel (2021), sobre o arquivo da Direção-Geral de Construções Escolares, dá visibilidade a um arquivo com documentos de arquitetura no seio da Administração Pública. Tem particular interesse a proposta de estrutura dos níveis de descrição, pelo modo como recupera a história administrativa e a estrutura orgânico-funcional associada ao arquivo, composto por diversos arquivos, arrolados à atividade de diversos serviços que remontam a 1919 com a criação da Repartição das Construções Escolares (1919-1929) e se prolongam até 2006, com a criação do Parque Escolar¹².

São de notar, igualmente, os projetos de investigação sobre os arquivos dos Gabinetes Coloniais de Urbanização, em parceria com o Arquivo Histórico Ultramarino, onde estes se encontram depositados¹³. Dessa cooperação resultou um trabalho académico (Godinho, 2011) e a publicação de diversos

¹¹ Documentos existentes no arquivo da Repartição dos Serviços Administrativos.

¹² Sobre este arquivo é de notar o trabalho de digitalização paralelo e a parceria com o projeto de investigação Atlas Escolar, desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico, coordenado por Alexandra Alegre, o qual permitiu o reconhecimento e digitalização de milhares de documentos referentes aos primeiros liceus nacionais. O resultado desse trabalho conjunto está disponível no site Atlas da Arquitetura Escolar em Portugal, disponível em http://asap-ehc.tecnico.ulisboa.pt/index_pt.php.

¹³ Projetos de investigação coordenados por Ana Vaz Milheiro, no DINAMIA, ISCTE, sob o título “Os Gabinetes Coloniais de Urbanização: Cultura e Prática Arquitetónica” (PTDC/AUR-AQI/104964/2008) e, posteriormente, “Desenvolvimento portuário das infraestruturas portuguesas na África continental (Angola e Moçambique): análise crítica e histórica e avaliação pós-colonial” (Coast to Coast – PTDC/ATP-AQI/0742/2014). Neste último caso é proposta uma aproximação

artigos que, à semelhança do projeto aludido, conferiram visibilidade a este relevante arquivo documental. Contudo, aqui o tratamento arquivístico restringiu-se a uma pequena parte do arquivo e não reflete uma estrutura orgânico-funcional, da qual foram emanados.

O trabalho de Paulo Batista (2021) em torno dos processos de obras particulares na Câmara Municipal de Lisboa, propõe o desenvolvimento de procedimentos arquivísticos que permitem agregar, a par da documentação constante no processo sobre determinado edifício, dados de georreferenciação e informações relativas aos processos urbanísticos. Trabalho que está a ser desenvolvido em paralelo com o processo de digitalização e consequente tratamento arquivístico da documentação. Embora, o foco esteja no acesso e novas funcionalidades para o utilizador, tem permitido avançar no tratamento deste relevante “macroprocesso”¹⁴ como o define este autor (Batista, 2021, p. 85).

Por último, finalizo com a referência ao trabalho de João Vieira (2010), o qual aborda diretamente o tópico aqui em discussão, em torno dos documentos e arquivos de arquitetura e que o faz à luz de uma proposta autónoma¹⁵. Vieira entende a documentação arquitetónica como a metainformação da arquitetura e do património arquitetónico. Defende (2009, p. 28): “a estruturação de um sistema de informação sobre arquitetura que garanta um elevado grau de inter-relação funcional entre um módulo especializado na descrição e controlo de objetos arquitetónicos e outro dedicado à descrição de documentos e arquivos”. A proposta assenta numa tentativa de estabelecer a associação entre um registo do objeto arquitetónico e o registo documental.

Apesar da pertinência desta proposta, a operacionalidade apresenta-se complexa e tende a subalternizar a descrição documental, como se verá no próximo ponto, em benefício do objeto arquitetónico. Em tese, esta opção permitia ultrapassar as limitações que residem nos procedimentos arquivísticos na descrição de documentos de arquitetura, permitindo introduzir dados informacionais relevantes, como a georreferenciação, estado do edifício, etc. No entanto, não fica claro como, na prática, se pode criar um registo de objeto arquitetónico e paralelamente, a criação de um registo documental. O autor refere a atribuição de um identificador único na base de dados do registo do objeto arquitetónico, ligada ao registo documental, porém isso

ao processo de arquivamento, catalogação e descrição, enquanto objetivos de trabalho do projeto, com o propósito de os tornar disponíveis à comunidade científica.

¹⁴ O processo de obra particular constitui uma importante fonte complementar dos arquivos de arquitetos.

¹⁵ O mesmo terá uma significativa influência sobre os procedimentos do trabalho seguido pelo Sistema de Informação do Património Arquitetónico (SIPA) no Forte de Sacavém.

implica que o edifício ou qualquer outra obra tenham sido construídos, e, portanto, colocando à margem toda a documentação de projetos de arquitetura que não tenham sido construídos. Nesse sentido, o único elo que os parece ligar é esse identificador, porque fora isso, a ideia com que se fica é a de estarmos a lidar com dois campos autónomos, com clara prevalência do objeto arquitetónico.

3. Instituições com documentos de arquitetura: um problema comum, diferentes abordagens

Abordam-se de seguida um conjunto de instituições em Portugal que têm à sua guarda arquivos com documentos de arquitetura. Já se referiu o caso do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo da Direção-Geral de Construções Escolares, que detêm arquivos com documentos de arquitetura, os quais resultaram do exercício das suas atividades próprias ou de órgãos na sua dependência. As instituições de que se vai falar, têm-se especializado no acolhimento de arquivos de arquitetos e arquivos de instituições com documentos de arquitetura. Apresentam-se três instituições: a Fundação Instituto Marques da Silva (FIMS), a Casa da Arquitetura (CA) e o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)¹⁶. Paralelamente, será abordado o único arquivo de arquiteto na Torre do Tombo, pelas condições específicas que este caso apresenta neste contexto. O objetivo é fazer uma pequena síntese sobre a missão, estratégia e procedimentos arquivísticos seguidos por cada uma destas instituições.

A FIMS é uma fundação de direito privado, instituída pela Universidade do Porto – Faculdade de Letras, em 2009, “nos domínios da cultura arquitetónica e artística, do projeto de intervenção patrimonial, do estudo, tratamento, conservação e divulgação de documentação de arquitetura [...]” (Fundação Instituto José Marques da Silva, 2009, p. 6). Conquanto a sua criação estivesse intimamente associada ao legado de José Marques da Silva, da sua filha e genro, admitiu-se, desde a sua origem, vir a receber arquivos pessoais de outros arquitetos para estudo e valorização¹⁷. Este apresenta

¹⁶ A par destas três poder-se-ia incluir a Fundação Calouste Gulbenkian e/ou Serralves, que de igual modo têm sobre a sua custódia arquivos de arquitetos. No entanto, no contexto deste trabalho a opção recaiu sobre instituições, que pelas suas características, têm direcionado o foco da sua atuação para o domínio da documentação de arquitetura.

¹⁷ A gestão dos acervos documentais na posse ou à guarda da FIMS são geridos pelo Serviço de Documentação e Informação Arquitetónica e Artística (SDIA).

sobre a sua custódia um número considerável de arquivos pessoais de arquitetos e em menor número de outros profissionais¹⁸.

Uma característica da FIMS, é a dupla componente de atuação, dividida entre a atividade do arquivo e a divulgação e pesquisa de documentação de arquitetura, de que têm resultando exposições e publicações diversas.

A FIMS aplica a norma ISAD(G) articulada à classificação orgânico-funcional do modelo sistêmico de Malheiro da Silva (2004). A estrutura de classificação seguida é dupla: pessoal/familiar e empresarial, sendo acessível através da página da FIMS, com recurso à plataforma AtoM¹⁹. A organização do quadro orgânico-funcional (QOF), no caso de uma família, os documentos e objetos estão estruturados em gerações, ao passo que para cada pessoa, documentos e objetos aparecem distribuídos pelas principais fases orgânicas da vida: criança/adolescente (nascimento/16 anos); jovem (17/23 anos); e adulto (24 anos em diante).

O arquivo digital da FIMS, embora largamente suportado em arquivos profissionais de arquitetos, constitui um caso pertinente no contexto português, pelo esforço de juntar e tratar arquivisticamente esta documentação, com base em normas internacionais normalizadas, tornando-a acessível digitalmente, mesmo que nesta fase muito parcialmente²⁰. Há acertos a serem realizados, que permitam obter um maior equilíbrio ao nível da descrição do documento composto e documento simples. As incorporações adicionais tornam relevante essa avaliação, assim como o estabelecimento de critérios uniformizados.

¹⁸ No site encontra-se disponível o acesso a uma parte considerável dos arquivos de 19 arquitetos. No entanto, o número de arquivos sob custódia desta instituição ascende a cerca de 60 arquivos, conforme notícia veiculada pelo *Notícias da Universidade do Porto*, a propósito da criação do novo centro de documentação. Este centro resultou do processo de junção dos arquivos da FIMS e do Centro de Documentação da FAUP (Santos & Medeiros, 2022).

¹⁹ AtoM é uma abreviatura de *Access to Memory*. Esta plataforma funciona em ambiente *WEB*, trata-se de uma aplicação de código aberto destinada à descrição normalizada em arquivos definitivos, permitindo um acesso multilingue numa organização com múltiplos repositórios integrados. AtoM foi construída, originalmente, com o suporte do International Council on Archives (ICA), para encorajar a adoção concertada de padrões internacionais. A plataforma AtoM foi construída com base na conformidade desses padrões e possibilita a criação de *templates web* editáveis e ajustáveis a uma vasta variedade de situações e contextos nacionais e internacionais. A este respeito ver: <https://www.accessmemory.org/pt/>.

²⁰ A disponibilização das Memórias Descritivas seria um complemento relevante para a contextualização dos respetivos projetos, assim como outros documentos de arquitetura, no lugar de apenas incidir sobre os documentos de projeto. Permitia contornar uma tendência identificada de usar excertos da mesma *ad hoc* e por outro lado, ajudaria a perceber o contexto da obra, especialmente em situações em que a mesma esteja associada a programas públicos de investimento, permitindo reconstituir a orgânica da documentação, os diversos intervenientes envolvidos e as dinâmicas geradas.

A Casa da Arquitetura (CA) — Centro Português de Arquitetura — foi criada em 2007, sendo uma Associação sem fins lucrativos de carácter cultural, vocacionada para a divulgação e afirmação da arquitetura a nível nacional e internacional. Enquanto entidade dedicada à arquitetura tem como uma das suas missões a construção de um significativo repositório de arquivos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, de especial interesse para o estudo e compreensão da arquitetura contemporânea. A CA tem à sua guarda arquivos e projetos de cerca de 30 arquitetos, encontrando-se aberta a processos de incorporação.

À semelhança da FIMS apresenta, também, uma componente associada ao arquivo e outra à pesquisa de documentação e organização de exposições. O propósito desta instituição é acolher, tratar e tornar acessível a todos, os diferentes acervos documentais de diversos arquitetos, promovendo o seu estudo e conhecimento.

Os procedimentos arquivísticos seguidos assentam, do mesmo modo, nas normas internacionais da ISAD(G), tendo para o efeito criado uma base de dados própria²¹. Esta divide-se entre fundos e coleções, o que pode por vezes confundir o utilizador. Embora a estrutura dos níveis e a organização dos elementos de informação estejam ajustados ao documento de arquitetura, o que se constata é um excessivo foco nos documentos de projeto, com uma clara subalternização e invisibilidade dos documentos de arquitetura que poderiam ajudar a contextualizar a sua produção, as etapas e os diversos intervenientes neste processo. Atendendo a que o trabalho de tratamento arquivístico no CA ainda está largamente em curso, importa aguardar um pouco mais o prosseguimento desse trabalho para uma avaliação mais rigorosa.

O caso do SIPA revela, no contexto desta discussão, características próprias, pela dupla atribuição de inventário e arquivo no âmbito do património de arquitetura, conforme proposta de João Vieira, acima discutida. A par da FIMS são, no contexto português, as instituições com maior número de arquivos pessoais/profissionais de arquitetura. Para além dos arquivos institucionais ligados às atividades da ex-DGEMN e ex-Fundo Fomento à Habitação, encontram-se à guarda desta instituição 36 arquivos profissionais/

²¹ Ao contrário do que se sucede na FIMS, que usa o AtoM, a interface de pesquisa no CA tem como base uma plataforma de pesquisa criada pela empresa Sistemas do Futuro, o que torna o processo de pesquisa menos claro. A introdução de aplicativos informacionais, criando pontos de acesso específicos como: escala, dimensão, suporte, técnica, cromatismo, apesar de elementos de descrição úteis, acabam por concentrar grande atenção, por comparação com outros campos de descrição.

personais no total (Figueiredo, 2021, p. 130)²². O que denota uma política ativa de incorporação deste tipo de arquivos.

A gestão e desenvolvimento do SIPA foi criada sobre a responsabilidade da extinta Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), em 1992, tendo passado, com a extinção desta, para o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, em 2007 (cf. Decreto-Lei n.º 223/2007, de 30 de maio). No contexto da nova reforma administrativa, em 2015 (cf. Decreto-Lei n.º 102/2015, de 5 de junho), transferiram-se as atribuições do IHRU, relativas ao SIPA, para a dependência da Direção-Geral do Património Cultural²³, integrada no Ministério da Cultura.

As atribuições do SIPA concentram-se, assim, em três áreas fundamentais de atividade: a primeira, associada à componente de conservação, tratamento e atualização dos arquivos documentais, bibliotecas afetas e do banco de dados para o inventário do património arquitetónico e arqueológico, assim como, assegurar o acesso público. A segunda em desenvolver e gerir o Sistema de Informação para o Património (SIPA). A terceira, no desenvolvimento de atividades de promoção e de divulgação, realização de congressos, exposições e publicações relacionadas com o domínio do património arquitetónico (cf. Decreto-Lei n.º 102/2015, de 5 de junho, art.º 2.º, alíneas k), s), e bb)).

No caso da Informação sobre Património de Arquitetura (IPA) os objetivos são claramente enunciados, assim como os procedimentos associados. Já no caso do arquivo, este é descrito apenas como um grande repositório analógico e digital de documentação e arquivo de arquitetura e artes associados.

Não existem procedimentos específicos para o tratamento arquivístico da documentação de arquivo, sendo esse trabalho englobado sobre o grande chapéu que é o Inventário do Património Arquitetónico. As estratégias e políticas de inventariação são o modelo que gere tanto o património arquitetónico, entendido em sentido lato e, paralelamente, como seu subsidiário, o documento de arquivo. É na referência aos critérios a que obedece o registo, a par de outras informações relativas à qualidade patrimonial do

²² O Diretório de Arquivos Pessoais, disponível no site http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=b12c07dc-4ec3-4483-ab67-534bec4c9536, para além dos nomes, contém informação sobre dimensão de cada um dos arquivos e o estado de tratamento em que os mesmos se encontram. De notar, que embora sejam maioritariamente constituídos por arquivos profissionais de arquitetos, também aí se encontram de arquitetos paisagistas, artistas e *designers*, entre outros.

²³ A Direção-Geral do Património Cultural sucedeu ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (cf. Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio).

objeto ou a existência de riscos de salvaguarda, que é referido a necessidade de indexação da documentação existente nos fundos da ex-DGEMN, ex-Fundo Fomento à Habitação, ex-Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, espólios pessoais, etc. No entanto, não são apontadas indicações específicas sobre os procedimentos a adotar para a realização desse trabalho. A preocupação é a gestão da base de dados e o trabalho a ser realizado de monitorização dos registos existentes e os critérios a serem seguidos para a sua revisão.

Por fim, abordar-se o arquivo pessoal e profissional do arquiteto Luís Benavente (1902-1994), o único à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). A incorporação deste espólio não terá sido um assunto inteiramente pacífico, no entanto, estamos face a um conjunto documental rico, pelas diversas manifestações que integra, as quais não se fecham unicamente na esfera da atividade profissional da arquitetura, entrando no domínio pessoal e de outros interesses de Luís Benavente.

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) é uma das mais antigas instituições portuguesas. Presentemente, serve como arquivo central do Estado, tendo à sua guarda documentos originais que remontam desde o século IX até aos nossos dias, o qual é responsável pela conservação e preservação, englobando também os novos arquivos eletrónicos no âmbito da sua atuação. As suas atribuições seguem a execução da lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, na sua vertente de património arquivístico e património fotográfico.

O processo de doação do arquivo de Luís Benavente foi decidido pela sua viúva, Alice Gomes Abreu Loureiro Benavente, tendo para o efeito, sido realizada escritura pública²⁴, situação invulgar no contexto das doações de acervos a instituições. Acresce que na escritura são mencionados os procedimentos a seguir, assim como, as pessoas responsáveis pelo seu tratamento.

A organização hierárquica estabelecida no contexto de trabalho desenvolvido foi aquela que, mais tarde, transitou para o *Digitarq*²⁵. A mesma foi adaptada ao nível de descrição hierárquico, conforme a ISAD(G). A classificação segue a ordem original do produtor. O nível de descrição "Secção", é composto por oito secções: 1. Documentos pessoais; 2. Projetos privados;

²⁴ A mesma pode ser consultada no processo: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Fundo Luís Benavente*, L. 648, disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222690>.

²⁵ A transição dos dados do arquivo LB para a *Digitarq*, fez-se entre 2012 e 2014, aproximadamente, limitado ao conteúdo e organização do catálogo elaborado pela equipa que tratou do espólio, aquando do seu depósito no ANTT.

3. Projetos públicos; 4. Administração de *atelier*; 5. Preservação e Patrimônio; 6. Desenhos de Pormenor; 7. Legislação; 8. Fotografia e diapositivos. Tal revela bem a diversidade deste arquivo, de um arquiteto que, apesar de discreto, teve uma presença notória na história da arquitetura da primeira metade do século XX.

Não obstante, a sua indiscutível importância, um dos problemas que pesam sobre o fundo LB relaciona-se com o catálogo elaborado, aquando do depósito deste no ANTT. Embora reflita e respeite a organização legada pelo produtor, salvaguardando o princípio da proveniência, acaba por revelar-se demasiado preso a essa classificação. Grande parte do trabalho de descrição dos níveis descritivos mais elementares como o documento composto e simples estão ainda por realizar²⁶.

3.1. As diferentes abordagens para um problema comum

Conquanto, este último caso possa parecer lateral à discussão em torno dos documentos de arquitetura em instituições arquivísticas, ele permite colocar em perspetiva alguns dos problemas relacionados com as instituições com documentos de arquitetura. Desde logo, a falta de uma concertação entre as várias instituições, particularmente notório nos casos da ANTT e do SIPA. Atendendo a que ambas estão sob a tutela do Ministério da Cultura, conquanto em direções distintas, ambas teriam a ganhar se partilhassem metodologias de tratamento arquivístico semelhantes, até por questões de disponibilidade de recursos humanos, técnicos, informáticos e financeiros. Tal não é, no entanto, o que se sucede. Não só apresentam metodologias de trabalho bastante distintas e repositórios, como se tendem a afastar cada vez mais uma da outra, a avaliar pelos processos e estratégias arquivísticas que ambas seguem.

O registo de inventário, ainda presente no SIPA como modelo, tende a afetar consideravelmente o tratamento arquivístico da documentação. Estão anunciadas alterações, com a criação de uma nova base de dados a ser apresentada em breve (Figueiredo, 2021). Mas importava que existisse uma

²⁶ A realização de um estágio curricular na ANTT, no contexto específico deste arquivo, entre março e junho deste ano, permitiu perceber as múltiplas camadas de informação contidas nesta documentação. Designadamente, foi possível identificar programas em que este arquiteto participou, documentos de projetos que não eram da sua autoria, mas que estavam relacionados com programas em que colaborou. Permitiu, ainda, analisar diversos estudos, anteprojetos e projetos e toda a documentação associada, como por exemplo, os estudos de especialidades: projeto de estruturas, eletricidade e esgotos, que integram do mesmo modo este arquivo.

aproximação para com as outras instituições com arquivos de arquitetura, por questões de interoperabilidade de acesso à informação, através de diferentes bases de dados e como modo de potenciar conexões entre os arquivos. Tal seria de grande préstimo para o utilizador.

No caso da FIMS e da CA, a questão tem outros contornos, atendendo tratar-se de regimes fundacionais de natureza privada. A FIMS tem trilhado um caminho sólido, apesar de ainda existirem algumas inconsistências ao nível da normalização dos procedimentos descritivos, talvez em consequência da incorporação em tempos diferentes dos arquivos. As variações de interpretação, mais visíveis ao nível do documento composto e simples, conduz a algumas inconsistências e repetições de informação. Por outro lado, atendendo à uniformização das informações sobre o contexto dos projetos — intervenientes, relações profissionais e relação com a obra construída —, talvez fosse pertinente a criação de aplicativos informacionais, permitindo criar pontos de acesso ou até, possivelmente, a georreferenciação da obra, situação que seria de grande utilidade para a pesquisa. Por último, seria útil que a par do documento de projeto, fosse dada maior atenção à documentação escrita, o que poderia ajudar a uma melhor contextualização do processo, estabelecendo as necessárias relações entre as diferentes tipologias documentais. No CA o documento de projeto tem também prevalência sobre a restante documentação, como referido. O repositório disponível *online* está ainda em desenvolvimento, porém, é notório que foram realizadas enormes adaptações à estrutura dos campos descritivos, tendo-se criado aplicativos específicos para a descrição dos documentos de projeto, especialmente ao nível da descrição da peça desenhada. A relevância dos mesmos é indiscutível, mas parecem existir diversos critérios no seu uso, no sentido em que variam de caso para caso, mais evidentes ao nível do documento composto e documento simples. Tal denota tempos e princípios orientadores distintos no modo como cada arquivo é tratado, que precisam de ser aferidos.

4. Conclusões

A documentação de arquitetura coloca necessidades especiais às instituições arquivísticas. José Mattoso (1997, p. 7), no prefácio do catálogo da exposição de Luís Benavente, expõe claramente isso:

A preservação e a valorização dos espólios documentais de arquitetos portugueses, é [...] uma tarefa cultural importante [...]. Não é essa,

todavia, a função própria nem a vocação do Arquivo Nacional. O depósito oficial de espólios de arquitetos exige pessoal, recursos materiais e condições técnicas especializadas que o Arquivo Nacional não possui, nem é suposto possuir.

A análise aqui realizada confere validade às palavras deste autor, com respeito às dificuldades e obstáculos que se colocam na análise e descrição de documentos de arquitetura. Uma questão é a análise e descrição arquivística destes documentos, outro problema são as condições técnicas e recursos especializados que estes implicam.

Qualquer trabalho de arquivo tem, de acordo com Derrida, de permitir enriquecer e criar uma extensão do próprio arquivo (*apud* Ketelaar, 2001, p. 138). É esta ativação do arquivo que permite criar novos ramos e potencializar novos significados, em linha com o que defende Ketelaar (2001).

Contudo, importa ver que o percurso realizado, e sumariamente aqui apresentado, revela muitos espaços em branco. A questão dos documentos de arquitetura continua demasiado subsidiária dos documentos de projeto, como se verifica na CA ou no SIPA, e isso tem levado a uma atenção excessiva sobre uma parte do processo, quase exclusivamente centrada sobre o projeto e sobre os documentos de desenho. A dificuldade de integrar todas as componentes que relacionam os documentos de arquitetura e os documentos de projeto, conforme proposta de Lowell (2015), discutida no ponto 1, inevitavelmente, acaba por contribuir, como refere Zélia Pereira (2018), para decisões discricionárias na definição de políticas de aquisição e incorporação e dos processos de avaliação e seleção da informação.

E essa situação é particularmente visível no caso dos arquivos profissionais de arquitetos, no modo como se apresentam em diferentes instituições aqui analisadas, que revelam uma parte residual da sua atividade, incidindo sobre aquela resultante do exercício específico da sua atividade e por isso restrita em absoluto à parte que se pretende que constitua o seu legado patrimonial: os projetos. Ficando, desse ponto de vista, muitos espaços por preencher, no que diz respeito à história desses arquivos e à sua efetiva documentalização.

Desse ponto de vista, o arquivo de Luís Benavente constitui uma situação rara no contexto dos arquivos pessoais/profissionais de arquitetos, pela riqueza de informação que contém, ainda que seja caso isolado no contexto do ANTT. Em hipótese, permite uma aproximação evidente ao contexto orgânico e funcional do *atelier* e à produção de documentos de arquitetura, que podem ser relevantes, tendo em vista um processo de revisão necessário do catálogo e da estrutura de classificação. Contrariamente ao que se

sucedem noutras instituições, este arquivo permite elencar facilmente informações da vida pessoal com os da vida profissional, permitindo do mesmo modo facilmente estabelecer a relação entre os documentos de arquitetura e os documentos de projeto.

Finalizo, reiterando a necessidade de debate que ponha em diálogo as várias instituições com arquivos de arquitetos em Portugal. Estes representam grande parte das incorporações mais recentes em instituições arquivísticas, como se referiu, contudo, as práticas e os procedimentos arquivísticos seguidos não podiam ser mais díspares, assim como os recursos tecnológicos utilizados. Não existe indicação de que possa vir a congregar-se esforços entre estas várias instituições abordadas, situação que urge combater a todo o custo, porque corre-se o risco de muitos destes arquivos não serem objeto de tratamento e descrição mais conveniente, ou acaso o sejam, serem deficitários.

Referências bibliográficas

- Armstrong, A. R. E. (2006). Architectural Archives/Archiving Architecture: The Digital ERA. *Art Documentation: Journal of the Art Libraries Society of North America*, 25(2), 12-17. https://www.jstor.org/stable/27949434?seq=1#metadata_info_tab_contents
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (2008). *Luís Benavente*. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4222690>
- Batista, P. (2021). *A Organização e a Descrição dos Processos de Obra Particulares no Município de Lisboa* [Comunicação]. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: "Professional Experiences in a Cultural Diversity"/International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Canadian Center for Architecture. (s. d.). *Guide to archival holdings*. <https://www.cca.qc.ca/en/archives/>
- Cardinal, L., Daniels, M., Desaulniers, R., Peyceré, D., Souchon, C., & Nieuwenhuysen, A. (2011, September 1). *A Guide to the Archival Care of Architectural Records 19th-20th Centuries*. ICA – International Council on Archives – Section on Architectural Records. <https://www.ica.org/en/guide-archival-care-architectural-records-19th-20th-centuries>
- Cook, T. (1996). Building an Archives: Appraisal Theory for Architectural Records. *The American Archivist*, 59(2), 136-143. <https://doi.org/10.17723/aarc.59.2.9016827w6t4271wl>
- Cook, T. (1998). Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno. *Estudos Históricos*, 11(21), 129-149. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>

- Conselho Internacional de Arquivos (1999). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. (2.ª ed). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. <http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2010/08/isadg.pdf>
- Decreto-Lei n.º 103 da Presidência do Conselho de Ministros. (2012). Diário da República: I série, n.º 95, pp. 2535-2537. <https://files.dre.pt/1s/2012/05/09500/0253502537.pdf>
- Decreto-Lei n.º 102 do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2015). Diário da República: I série, n.º 109, pp. 3632-3636. <https://files.dre.pt/1s/2015/06/10900/0363203636.pdf>
- Decreto-Lei n.º 223 do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. (2007). Diário da República: I série, n.º 104, pp. 3603-3609. <https://files.dre.pt/1s/1945/04/07300/02320234.pdf>
- Figueiredo, A. P. (2021). *Arquivo de Património Arquitectónico da DGPC. Partilha de conhecimento* [Comunicação]. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: "Professional Experiences in a Cultural Diversity"/International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Fundação Marques da Silva. (2009). *A Fundação – Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva (FIMS)*. <https://fims.up.pt/index.php?cat=1>
- Godinho, P. M. S. (2011) *Tratamento Arquivístico de Documentação da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações do Extinto Ministério do Ultramar*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Estudo Geral: Repositório Científico da UL. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6978>
- Infante, R. M., & Pimentel, E. (2021). *O Arquivo da Direcção-Geral das Construções Escolares: um caso ímpar de um arquivo arquitectónico no seio da administração pública portuguesa* [Comunicação]. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: "Professional Experiences in a Cultural Diversity"/International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. (1997). *Luís Benavente: arquitecto*. <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4222690>
- Ketelaar, E. (2001). Tacit Narratives: The Meanings of Archives. *Archival Science*, 1, 131-141. <https://doi.org/10.1007/BF02435644>
- Lathrop, A. K. (1980). The Provenance and Preservation of Architectural Records. *The American Archivist*, 43(3), 325-338. <https://doi.org/10.17723/aarc.43.3.j5007v717253254>
- Lowel, W. (2015). Architectural Records. In L. Duranti, & P. C. Franks (Eds.), *Encyclopedia of Archival Science* (pp. 18-21). Rowman & Littlefield.
- Mattoso, J. (1997). Prefácio. In Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Luís Benavente: arquitecto* (pp. 7-9). Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Olsberg, N. (1996). Documenting Twentieth-Century Architecture: Crisis and Opportunity. *The American Archivist*, 59(2), 128-135. <https://doi.org/10.17723/aarc.59.2.987g764618231248>
- Ribeiro, M. T. P. B. (2009). *A documentação e os arquivos de construções escolares: as empreitadas de obras públicas no âmbito do Plano dos Centenários* [Dissertação de Mestrado não publicada], Universidade NOVA de Lisboa.

- Pereira, Z. M. C. (2018). *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: identificação e valorização* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório da Universidade de Évora. <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/23260?mode=full>
- Santos, A., & Medeiros, C. (2022). *Fundação Marques da Silva e Faculdade de Arquitetura juntam acervos e arquivos*. Notícias Universidade do Porto. <https://noticias.up.pt/fundacao-marques-da-silva-e-faup-juntam-acervos-arquivos/>
- Schwartz, J. M., & Cook, T. (2002) Archives, records, and power: The making of modern memory. *Archival Science*, 2, 1-19. <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02435628>
- Silva, A. B. M. da. (2004). Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, III, 55-84.
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. (s. d.). *Directorio de arquivos pessoais e espólios*. http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/ArquivosColecoes/FD-03%20-%20Directorio.pdf
- SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. (s. d.). *Inventário do Património Arquitetónico*. http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=3528f11c-be07-4088-91be-4f8ed78738c9
- Spallone, R., & Paluan, F. (2017). Digital Representation Techniques to Interpret, Communicate, and Share 20th c. Architectural Archives: The Case Study – Rosani’s Archive. In A. Ippolito, & M. Cigola (Eds.), *Handbook of Research on Emerging Technologies for Digital Preservation and Information Modeling*. <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fAqe32WyxowJ:https://re.public.polimi.it/bitstream/11311/995153/4/Testo%2520completo%2520Salerno.pdf&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt&client=firefox-b-d>
- Vieira, J. (2010). *Documentos e Arquivos de Arquitetura: princípios, estratégias, metodologias e instrumentos de gestão*. Fundação Marques da Silva.
- Vletter, M. (2022). *The Discovery of Absences*. CCA – Canadian Architectural Center. <https://www.cca.qc.ca/en/articles/82962/the-discovery-of-absences>
- Willis, A. (1996). The Place of Archives in the Universe of Architectural Documentation. *The American Archivist*, 59(2), 192-198. <https://www.jstor.org/stable/40293972>

